

SALÁRIOS EM MARX, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL

Eixo Temático: GT 7 – A relação do salário em Marx à luz do Brasil

Clessia Silva Sousa¹

Jussara Leite Costa²

Resumo

Em análise sobre o trabalho assalariado no capitalismo, Marx descreveu que o homem se encontra desprovido dos meios de produção, e dessa forma, a única “mercadoria” que ele pode vender é a sua força de trabalho. Partindo dessa ideia, Marx chega às condicionantes do salário. De acordo com ele, o salário é a remuneração do trabalho que em bases monetárias é o seu preço, ou seja, o preço do trabalho é o salário. Com base nisso, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação da teoria do salário de Karl Marx à luz do Brasil, visto que nos dias atuais essa relação se acentua na medida em que o trabalho se torna mais precário e com elevadas taxas de desemprego. Tendo em vista essa realidade, cria-se um exército industrial de reserva; uma legião de pessoas desempregadas que atua no rebaixamento dos salários, ainda segundo Marx. O método de abordagem da presente investigação é o método histórico e dialético. O método de procedimento é o método revisão bibliográfica. Já em relação às técnicas de pesquisa, utilizaram-se as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Brasil nos últimos anos tem sofrido sérios ataques aos direitos dos trabalhadores, com reduções salariais, flexibilização trabalhista e desemprego elevado. Esse fenômeno caracteriza-se por um aprofundamento da precarização do trabalho. Partindo dessa ideia, Marx em sua obra mais importante, O CAPITAL, já antecipava as condições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo. No capítulo 17 sobre a Teoria do salário ele descreve que o salário é a expressão monetária do valor do trabalho, sendo pago mediante o cumprimento de uma jornada de trabalho, em que ele produzirá valor de uso superior ao valor de troca (MARX, 2013). Essa diferença é o que constitui a mais-valia. Ela nada mais é que a discrepância entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalhador. Partindo disso, de acordo com San Martins (2016) se o salário pago ao trabalhador é menor que de fato ele produziu, uma parte do valor produzido é apropriada pelo capitalista, constituindo dessa forma em salário não pago, o que Marx vai chamar de exploração do trabalho. Com a globalização, essa tendência se acentuou, trazendo consequências para o mundo do trabalho. De acordo com Fernandes e Helal (2010) pode-se destacar as novas

¹ Autor. Estudante de Ciências Econômicas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: clessia1096@gmail.com.

² Autor. Estudante de Ciências Econômicas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: jussaraleitecosta@gmail.com.

relações de trabalho, que é caracterizado como precarização do trabalho, a exemplo do trabalho terceirizado, do subemprego, da flexibilização das relações trabalhistas. No Brasil, em 2004 foi proposto um projeto de lei que dispõe sobre a terceirização do trabalho, porém só em 2015 foi aprovado. Em 2017 foi aprovada a nova legislação trabalhista, com alterações nos contratos de trabalho, jornada de trabalho, férias, piso salarial, teletrabalho entre outros. Nesse período o país passava por uma séria recessão econômica e a reforma trabalhista era apontada como uma das principais estratégias para sair da crise, com a geração de novos postos de trabalho formais gerando um efeito positivo em cascata. Havia também o discurso de que a reforma trabalhista reduziria os custos de trabalho para as empresas, incentivando novas contratações ou mantendo os postos de trabalho. Na realidade não aconteceu da forma que se esperava. A taxa de desocupação saltou de 11,8% no 1º trimestre de 2017 para 13,1% no 1º trimestre de 2018. Porém ao longo do ano essa taxa se reduziu, sendo puxada, principalmente, pelo trabalho informal, sem apresentar avanços para o trabalhador. De modo geral, o trabalho formal tornou-se mais precário com enfraquecimento dos sindicatos, redução do poder de barganha por parte dos trabalhadores, salários reduzidos, além da alta rotatividade no mercado de trabalho e da informalidade crescente. Nesse sentido, a reforma trabalhista beneficiou a classe capitalista em consonância com o governo, prejudicando como sempre, a classe trabalhadora. Outro fator agravante é a "uberização" do trabalho. Adotado no Brasil desde 2016, têm como característica a flexibilidade do trabalho, informalidade, e etc. Ela ganhou adesão no Brasil, principalmente, por conta do desemprego. A evolução deste, desde 2004 apresentava uma recuperação. No ano de 2003 esta era de 12,4%, resultado advindo da instabilidade política no governo Lula. Passado este cenário, a partir de 2004 esse indicador alcançou 11,5% e nos anos consecutivos observa reduções até 2008, em que houve um aumento no número de desocupados, resultado da crise financeira. No entanto os abalos devido à crise foram temporários e nos anos que se sucedem tem-se uma melhora neste indicador até 2014. A partir desse período, se manteve em alta. Em 2017 percebe-se um aumento, a taxa de desocupação era de 12,7% ante 11,9%. Observa-se também um aumento da subutilização da força de trabalho, com redução da jornada de trabalho e salários, mostrando uma direção para relações de trabalho mais flexíveis, por consequência da reforma trabalhista, neste ano. Nos anos seguintes houve uma redução. Em 2018 o índice chega a 12,3%, e em 2019 11,9%. Em 2020 surge a pandemia da SARS-CoV-2 e seus impactos no emprego podem ser sentidos em nível mundial. Como consequência da necessidade de isolamento social para a não propagação do Coronavírus, houve inúmeras falências com redução da atividade econômica. O lockdown era necessário devido a não existência de tratamento e de vacinas. O desemprego atingiu no ano 13,5%, 13,4 milhões de pessoas desocupadas. Atualmente este encontra-se em 14,1%, dados do 2º trimestre de 2021, apresentando evolução em relação ao trimestre anterior (14,4), devido a maioria da população ter sido vacinada e o retorno da atividade econômica. A respeito da taxa de desocupação, Marx (2013) considera que a população trabalhadora excedente seria necessária para a acumulação capitalista e a nomeia como exército industrial de reserva, para tanto, ela estaria disponível pronta para ser explorada. Dessa forma, pode-se considerar que quando aumenta a taxa de desemprego a tendência é o rebaixamento do salário, devido à disponibilidade da massa trabalhadora. A política de valorização do salário mínimo vem experimentando sérias transformações. Adotada desde 1995, o salário mínimo teve um aumento real expressivo de 116% até 2015, como consequência um aumento da formalização de contratos de emprego. O aumento do salário real, segundo Saboya (2017) tem um caráter descentralizador, reduzindo assim as desigualdades no país. Porém, desde 2017 o salário mínimo no Brasil vem vivenciando uma desvalorização de forma mais consistente, reflexo da intensificação da

precarização do trabalho. Ela representa um dado preocupante, traduzindo-se na incapacidade do trabalhador de suprir todos os requisitos para manutenção da sua força de trabalho e da sua família. Pensando nessa e em outras realidades, o DIEESE calcula mensalmente o salário mínimo baseado na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, e o resultado do cálculo corresponde a um salário que melhor se aproxima do ideal. O DIEESE tem verificado que nos últimos anos houve um aumento da cesta básica, correspondendo a um grau de dificuldade maior do trabalhador se manter com o valor do salário mínimo vigente. Nesse sentido, o desajuste da cesta básica faz com que a restrição orçamentária se intensifique, sendo necessário um aumento da renda, no caso do trabalhador, o salário. Para que não haja essa perda nominal, desde o início de 2019, o salário mínimo passa a ser corrigido a partir do INPC. Apesar de preservar a capacidade de adquirir bens e serviços, não há registros de ganhos reais para o trabalhador. Hoje o salário mínimo corresponde à \$1100, e confrontando esses dados com o DIEESE, para o mês de agosto o salário mínimo que melhor representa essa realidade seria de 5.583,90, um resultado bem discrepante. Logo, a Teoria do Salário de Marx escrita a mais de um século mostra-se atual. Marx já antecipava que as relações salariais se tornariam ainda mais precárias à medida que o capitalismo fosse se desenvolvendo. No Brasil, essa realidade há muito tempo já é perceptível, mas é a partir de 2017 com a flexibilização trabalhista que a precarização do trabalho se torna mais intensa. O mercado de trabalho não dispõe de condições necessárias para empregar todos os trabalhadores que estão aptos a trabalhar, então a maioria se sujeita ao emprego informal, com péssimas condições de salários, e mesmo os que possuem contratos formais de trabalho não consegue se sustentar, por conta do crescente aumento da cesta básica. O futuro cenário das relações trabalhistas é incerto, pois a condição para que haja a mais-valia é a realização da mercadoria. O capitalista vê o salário como concorrente do lucro e ele quer sempre reduzir o salário e as “boas condições” de trabalho para que tenha mais lucro. Diante disso, há um questionamento que fica: perante a perda do poder de compra do trabalhador, como se daria a venda dessa mercadoria?

Palavras-chave: Desemprego. Mais-valia. Precarização do trabalho. Salários.

